

Diário do Legislativo de 25/09/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/9/2004

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, povo de Minas Gerais, tenho um assunto principal a ser tratado nesta tarde. Tecerei alguns comentários acerca dos processos eleitorais que estão ocorrendo no nosso Estado.

Antes, porém, gostaria de comentar rapidamente sobre as paraolimpíadas que estão ocorrendo em Atenas, onde o Brasil, com todas as dificuldades, faz bonito. Isso é motivo para que os governantes tenham suas atenções voltadas para os deficientes físicos do nosso País. Ainda há pouco, assistia, daqui mesmo, à entrega da sétima medalha de ouro do Brasil a um atleta paraplégico, que bateu recorde mundial nas piscinas, conseguindo sua segunda medalha de ouro. Para nós, isso é motivo de muita alegria e orgulho.

Gostaria de chamar a atenção dos governantes para que o Brasil, a partir dessas paraolimpíadas, possa efetivamente tratar com mais respeito, dignidade e atenção as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física. Muitas leis relativas aos deficientes são respeitadas pela iniciativa privada, mas são raros os governos que dão a devida atenção às pessoas portadoras de deficiências. O deficiente físico, no País, muitas vezes é tratado como cidadão de segunda categoria, sem o respeito que merece. Os obstáculos são muitos, a começar pela locomoção. Tem enormes dificuldades de acesso aos prédios públicos, sem nenhum tipo de assistência. Esperamos que, após essas Paraolimpíadas de Atenas, quando o deficiente físico chama a atenção do mundo todo com uma superação de esforços individuais, possamos ter Prefeitos, Governadores e o próprio Presidente da República com suas atenções voltadas para o deficiente físico, mas de uma maneira muito responsável e prioritária.

Aproveito para cumprimentar o nosso companheiro João Leite, porque o meu segundo tema aqui hoje diz respeito à moralização do processo eleitoral em nosso País, principalmente no nosso Estado. Dessa forma, cumprimento V. Exa. pelo processo eleitoral limpo, claro, transparente, objetivo e altamente popular que vem apresentando na televisão à população mineira.

Não poderia perder essa oportunidade de cumprimentá-lo, porque V. Exa. é um bom exemplo da moralização do processo eleitoral. A sua campanha tem sido uma campanha limpa, e a sua propaganda na televisão tem atingido o público com muita moral e ética.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta.

Estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exa. Um importante pronunciamento, tendo em vista o momento histórico que vive nosso País. Agradeço a menção ao pleito que disputamos. Temos procurado cumprir com o nosso papel histórico neste momento.

Ouvi a sua preocupação, como parlamentar atuante e como médico, um grande observador da cena deste País. Todos nós acompanhamos, com muita alegria e emoção, a "performance" dos nossos atletas portadores de deficiência, que vêm ganhando medalhas preciosas para o Brasil.

Essa é a maior delegação da história do desporto brasileiro numa paraolimpíada. O atleta brasileiro Clodoaldo dos Santos acaba de ganhar uma medalha de ouro nos 200m, um feito igual ao da mineira Ádria Santos. E, para nossa alegria, aqui em Minas Gerais, pela primeira vez na história dos 20 anos dos Jogos do Interior de Minas Gerais - JIMI -, os portadores de deficiência estão disputando essa competição. No entanto, ainda podemos avançar muito mais.

Lamentavelmente, a cidade de Belo Horizonte não tem nenhum representante, apesar de termos a maior delegação da história dos jogos paraolímpicos. Belo Horizonte não enviou nenhum representante para lá. Dessa forma, precisamos cada vez mais fortalecer o atleta portador de deficiência, que está quebrando recordes e derrubando barreiras.

Parabéns pelo seu pronunciamento, ao se lembrar desses brasileiros, verdadeiros heróis que estão lá nos representando e trazendo medalhas; esse povo tão especial do nosso Brasil, que são os atletas portadores de deficiência, heróis de tantas medalhas nas Paraolimpíadas de Atenas.

Mais uma vez, parabéns, pois V. Exa. se lembra de uma parte da nossa população tão importante e, neste momento, reconhecida pelo nosso parlamentar Deputado Carlos Pimenta, pelos feitos heróicos que estão realizando nessas Paraolimpíadas. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte, Deputado João Leite, e passo a palavra ao meu ilustre colega, médico e amigo Deputado Doutor Ronaldo, do meu partido, o PDT, para participar do nosso pronunciamento.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Também considero o seu pronunciamento sobre o deficiente de muita importância.

Numa viagem que fiz nesse final de semana, um grupo de deficientes me questionou a respeito da legislação atual, pois eles estão completamente à margem da chamada inclusão social.

Mas o que gostaria de fazer constar aqui é que a Fábrica de Tecidos Cedro-Cachoeira, de Sete Lagoas, da nossa região, tem admitido pessoas deficientes.

Ainda ontem, numa caminhada que fizemos lá, uma senhora deficiente, jovem até, agradeceu ao candidato Caio Valace, com quem faço dupla em Sete Lagoas, porque, por meio dele, ela conseguiu um emprego numa fábrica de tecidos.

Então, parabeno-o pela fala. Esperamos que, neste nosso País, o deficiente, que se mostra tão bem nas Paraolimpíadas, possa ser realmente incluído. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a V. Exa. o aparte.

Resumindo tudo o que tentei dizer neste momento, quero, ao lado das minhas homenagens à delegação brasileira, que está fazendo bonito em Atenas, nas Paraolimpíadas, dizer que é chegada a hora de nós, principalmente no nosso âmbito, na nossa competência em Minas Gerais, fazermos um levantamento do que possa contribuir para esse segmento. Muito pode ser feito. Há muitas leis na nossa Assembléia que podem ser revistas e aperfeiçoadas. O último representante que tivemos aqui, o nosso colega João Batista, é uma célula viva, que não deixava as coisas acontecerem de qualquer maneira. Após a sua saída, pouco tem acontecido aqui para beneficiar esse segmento.

Fazemos, então, uma convocação aos parlamentares sensíveis, como o João Leite, o Rogério Correia e toda a bancada do PT, afim de chamarmos a atenção para essa causa. Repito, muitas leis precisam ser revistas, e muito há que ser feito, pois há uma deficiência muito grande no que se refere ao deficiente físico em Minas Gerais. Nas equipes PSF não existe um profissional sequer especializado em orientar essas pessoas. O caso de cadeira de rodas é algo absurdo. Se o pobre pede uma cadeira de rodas, é porque não tem como comprá-la; fica, às vezes, locomovendo-se precariamente pela falta de um equipamento como esse.

O deficiente não pode ser excluído, como acontece hoje. É nosso dever fazer um levantamento das necessidades desse setor. Quantos deficientes visuais podem ser adaptados em um emprego! Quantos paraplégicos não podem ter emprego! Não há um levantamento ou uma preocupação com isso. Não temos isso em Minas Gerais; quando o temos, é de forma precária.

Então, chamo a atenção para o que está acontecendo. Os deficientes estão fazendo bonito em Atenas, uma lição que trazem ao povo brasileiro, um chamamento que fazem a nós, parlamentares, às autoridades estaduais e federais, para que possamos tratá-los, efetivamente, não com paternalismo, mas, sim, com prioridade absoluta, porque precisam desse apoio - e também o merecem.

Rapidamente, Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários acerca do processo eleitoral. Chamo a atenção para o fato de que o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral estão, de certa forma, atuando com muita agilidade na apuração de denúncias nas eleições. Isso, de um lado, traz certa tranquilidade para ao povo brasileiro, pois sente que pessoas que usam e abusam do poder econômico para conseguirem votos estão sendo punidas, algo que o povo brasileiro estava esperando e que hoje está acontecendo. É muito louvável. Por outro lado, é importante, também, que analisemos os casos de aberrações eleitorais.

Por exemplo, a situação do Prefeito de Capelinha, Sr. Tico Neves. Ontem, ele perdeu, no TRE, um processo, fruto de uma denúncia absolutamente infundada, por cinco votos a um. O que motivou esse processo foi um convite às pessoas de Capelinha e de fora, para uma festa tradicional no mês de junho. A Oposição, movida por forças muito fortes e ocultas, publicou um desses convites em jornal, gerando uma denúncia, acatada pela Juíza de Capelinha e, ontem, referendada pelo Tribunal. Só que não existe uma nota de empenho, um cheque ou uma autorização de pagamento. Esse Prefeito, que veio para trazer esperança ao povo de Capelinha - ocupou o cargo no mandato de um Prefeito cassado, numa vingança abominável - foi condenado pelo TRE. Trata-se de um Prefeito que não tem absolutamente nada a ver com a armadilha de que foi vítima.

Devemos ter certos cuidados. O Prefeito de lá é do PL, coligado com o PDT e com o PT. Ele foi vítima de uma armadilha covarde e injusta e perdeu, por cinco votos a um, no TRE, mostrando que não devia nada à justiça. Por um lado, verificamos que a justiça é ágil e penaliza os que usam e abusam do poder econômico, da máquina administrativa - aliás, sabemos como a máquina elege parlamentares -, e, por outro, essa injustiça. Neste momento, estou triste porque ele recebeu a Prefeitura de Capelinha com uma dívida de quase R\$15.000.000,00, mostrando a corrupção que lá havia. Forças ocultas agem nos bastidores. Infelizmente, o TRE penaliza o Prefeito de Capelinha, uma pessoa séria, digna, honrada, honesta, capaz e competente. Agora ele está nas mãos do TSE. Espero que se faça justiça.

Na verdade, o TRE não teve tempo para analisar os autos. As notas de empenho de um mês atrás e de hoje não provam nenhum tipo de pagamento do Prefeito Tico Neves, de Capelinha, que foi duramente penalizado por algo que não cometeu. Essa agilidade é importante, mas pode efetivamente cometer injustiças como essa. A Juíza que acatou a denúncia do Prefeito de Capelinha foi flagrada, no outro dia, dançando numa festa com o denunciante. Mostramos a fita que gravou isso; porém, ela não serviu para amenizar esse gesto injusto contra o Prefeito de Capelinha. Espero que a justiça brasileira reveja esses casos, penalize os que efetivamente usam e abusam da máquina administrativa, do poder econômico e evite que se cometam injustiças dessa natureza, como, no caso do Prefeito Tico Neves, de Capelinha. Esse é o meu registro. Muito obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Mineiras e mineiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, hoje, pela manhã, participamos de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, a requerimento dos Deputados Durval Ângelo e Biel Rocha, para debater a campanha que se iniciou ontem, dia 20, e que terminará dia 24 de setembro, nas escolas públicas estaduais, contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Traço algumas reflexões, como a que canta o nosso poeta maior e compositor Milton Nascimento: "Há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flor e fruto". Se hoje sofremos e colhemos maus frutos, como a violência contra a criança e o adolescente, o abuso sexual e outras violências e misérias, é porque são frutos de uma árvore má de um sistema econômico falido, que destrói a vida humana e produz tudo que é negativo. É possível cuidar do broto, para que a vida nos dê flor e frutos bons e positivos. Há muito o que fazer no caso das crianças e dos adolescentes.

Durante a audiência pública, refletimos sobre a questão do cuidado. Há de se cuidar. Falta muito cuidado. Os responsáveis para cuidar, em todos os aspectos... Por exemplo, falta o cuidado com a natureza, o cuidado com a ecologia, o cuidado com a educação, o cuidado com a coisa pública, o cuidado com o meio ambiente, o cuidado com a saúde, o cuidado com a ternura e o cuidado com o amor, dos quais as pessoas têm direito.

Trata-se de uma crise causada pelo descuido. As injustiças sociais, a miséria e a falta de educação são conseqüência do descuido. Falta educação para a sexualidade, para o conhecimento do próprio corpo e para o seu uso, esse dom tão maravilhoso de Deus. Os meios de comunicação social têm grande culpa dessa situação, pois exibem novelas no horário da tarde e as crianças assistem; mostram cenas terríveis que incentivam a prática, não digo sexual, mas genital. Até para isso é necessário educação, pois a sexualidade é positiva, dinâmica, um dom de Deus, mas hoje é praticada a genitalidade, por falta de educação e de formação. Os seriados da TV, filmes, até as propagandas mostram senhoras despidas para vender produtos.

É omissão e desleixo do poder público, que deveria estar assumindo a prioridade absoluta que está na Constituição. A questão da família é seriíssima. A família está sendo destruída, o ninho no qual as crianças deveriam estar nascendo... e quantas nascem fora da família! Hoje pela manhã ouvi no rádio que o governo do Japão, onde não há tantos problemas econômicos, está pedindo aos pais que proibam os filhos adolescentes de ter relações sexuais. Não usam preservativos, transmitem doenças, têm gravidez indesejada e provocam abortos, além de mortes de adolescentes. Estão pretendendo fazer uma lei para proibir. Como irão conseguir? Proibição? É preciso educar.

Tudo isso nos faz pensar na necessidade de cuidar. É dever do Estado, da família e da sociedade, aquela prioridade do art. 227 da Constituição. A família destruída também é vítima. Infelizmente, as famílias que ainda existem são poucas. O Estado deve ser cobrado, precisa ter políticas públicas - há programas até bem-feitos, mas estão nas gavetas -, deve garantir verbas orçamentárias que sejam liberadas e cheguem, de fato, à ponta. A sociedade se tem organizado por meio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, conselhos de assistência social e ONGs, que estão dando sua vida e seu tempo por esse trabalho.

Chamamos atenção para a necessidade de educação. Não é preciso proibir, mas educar para a sexualidade. Fomos criados para o amor.

A questão da justiça social compete a nós, fazer leis e fiscalizar o uso do dinheiro público. E que tenhamos políticas públicas de promoção das famílias, distribuição da renda! Graças a Deus temos notícias boas. Ouvi a notícia do aumento do emprego.

Ontem, em um comício realizado no Sul de Minas, citei o novo rumo que o Brasil tomou. Nos últimos três meses, as notícias da economia têm sido positivas. Ontem, falei da existência, este ano, de mais de 1.250.000 empregos formais. Hoje, vejo que estava desatualizado, pois os jornais anunciam mais de 1.470.000 empregos formais, ou seja, com carteira assinada. É uma ótima notícia, apesar de não ser o suficiente. Precisamos distribuir renda, gerar emprego e salário, a fim de que as famílias possam educar seus filhos.

Quanto aos meios de comunicação, a situação é seriíssima. Eis aqui o nosso apelo. Não custa nada. Ou custa? Parece-me que custa, pois os meios de comunicação vivem de propaganda. No entanto, não custa nada fazer uma programação decente. As novelas constituem um bom gênero, o povo gosta. Quem não gosta de uma boa novela? Todavia, é preciso mostrar ao povo fatos bonitos. Temos experiências maravilhosas no meio popular. Ainda existem famílias bonitas, como a mineira, de que se fala tanto. Não estou me referindo àquela atrasada, conservadora, mas à moderna, aberta à vida, à educação integral dos filhos. Seria bom mostrar esses aspectos, em vez de expor situações que levam as pessoas ao abuso. É grande o incentivo; são muitas as cenas indesejáveis mostradas a adolescentes, jovens, adultos e idosos. Não é preciso haver censura política nem moral. Abaixo a censura! Aos donos das TVs, aos que financiam, fazem propagandas, é preciso caráter para fazer programas bonitos, que falem do amor, da ternura, para a qual fomos criados.

Quanto à questão da prioridade absoluta, os conselhos dos direitos da criança e dos adolescentes, os Conselhos Tutelares, graças a Deus, estão melhorando. No entanto, ainda há problemas nos municípios. Em alguns deles não existe Conselho Tutelar; em outros, há o conselho dos direitos, mas este está nas mãos de uma administração pública antidemocrática, que tem medo do povo organizado, por isso tenta manipulá-lo.

Graças a Deus, a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente, lançada em Itaobim, no Jequitinhonha, no dia 5/5/2003, está funcionando. Como estavam ocorrendo muitos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, essa cidade foi escolhida para o lançamento. Aliás, ainda estão ocorrendo. Mensalmente, realizamos reuniões com Deputados e entidades. Apresentam-se denúncias, e planejam-se ações. Estamos preocupados não só em denunciar, mas também em demonstrar atos positivos.

Em julho deste ano, a Frente Parlamentar esteve com os padres amigonianos, mostrando o trabalho que eles fazem com os adolescentes que se encontram em conflito com a lei. Está marcada uma visita aos irmãos maristas, que também realizam um trabalho maravilhoso com jovens e adolescentes. Existem ainda as casas-lares, cujo trabalho estamos acompanhando. Vamos fazer uma visita para verificar "in loco" seu funcionamento. Estamos acompanhando também a formação dos conselhos dos direitos e dos Conselhos Tutelares. Além de outras, tenho acompanhado a Frente Sul-Mineira, no Sul de Minas. Ademais, conseguimos incluir algumas emendas no orçamento do Estado, que também estamos acompanhando. Lutamos para que o dinheiro chegue, de fato, até os programas, e consigamos êxito. Temos apresentado propostas concretas, o que constitui o nosso trabalho.

Para concluir, volto à questão do cuidado. Temos condições de ter uma vida feliz, com crianças, adolescentes e jovens alegres e saudáveis. O Brasil tem tudo para viver com justiça social, amor e fraternidade. Os orçamentos públicos serão entregues até dia 30 de setembro. Para os municípios, Estados e União, estão previstas verbas suficientes para a questão da criança e do adolescente? Como está a situação dos orçamentos públicos?

Incentivamos a organização dos Fundos da Infância e da Adolescência, com contribuição de pessoa físicas e jurídicas. Darei exemplo de Itajubá, de onde venho. Lá, o Fundo da Infância e da Adolescência está funcionando. O poder público, infelizmente, não tem verba nenhuma. Não há verba municipal, mas o Fundo tem recebido recursos. As indústrias e empresas da região têm contribuído bastante, e conseguimos uma verba do orçamento estadual e uma do federal, que, juntas, serão utilizadas para construção do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, obra com a participação do dinâmico Vereador Ulisses Gomes de Oliveira Neto, de Itajubá.

Estamos às vésperas das eleições. Quando candidatos a Deputados, alguns de nós assumimos compromisso junto à Pastoral da Criança e à Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse compromisso era com as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes. Agora, em vários municípios, a Pastoral da Criança e a Frente estão fazendo a mesma coisa com os candidatos a Prefeitos, Prefeitas, Vereadores e Vereadoras.

Podemos ter esperança. Não basta só lamentar e denunciar o abuso sexual de crianças e adolescentes, mas mostrar o que tem sido feito de bom, como educação para a cidadania, educação para a liberdade. Deve-se aprender a ser livre. Também se faz educação para a sexualidade e para o amor. A Frente Sul-Mineira de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente fará uma reunião agora, no dia 24, em Ouro Fino, terra do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para tratar do enfrentamento contra a violência doméstica e a exploração sexual.

Na sexta-feira, em 18 locais de toda a Minas Gerais, nas estradas estaduais e federais, estarão sendo realizadas ações educativas contra a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Muita coisa está sendo feita, mas precisamos intensificar esse trabalho. Hoje foi feito o lançamento da cartilha "Jovens Interagindo", sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre os Conselhos Tutelares. Um trabalho da Oficina de Imagens com várias parcerias. Parabenizamos esse trabalho feito numa linguagem de crianças e adolescentes, com histórias, o que realmente trará contribuições.

Que nós, políticos, façamos nossa parte, garantindo o orçamento, a fiscalização e o bom uso do dinheiro público. Desejamos que os senhores e as senhoras que nos acompanham pela TV Assembléia participem dessa campanha, porque as crianças merecem ser felizes.

"Há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flor e fruto". Queremos um jardim maravilhoso, o que é possível.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2003 (REEDIÇÃO)

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2003

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, tendo em vista aperfeiçoamentos técnicos realizados no edital, ficou remarcada para o dia 27/10/2004, às 14h30min, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 5/2003, do tipo "técnica e preço", destinada à contratação de empresa especializada em prestação de serviço de transmissão permanente de áudio e vídeo digital (UP LINK) do sinal da TV Assembléia para o satélite Brasilsat B3.

O edital se encontra à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALEMG, no endereço supracitado, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Convenientes: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS. Objeto: realização do programa de televisão "Via Legal". Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação do convênio. Vigência: 16/10/2004 a 15/10/2005.